

Imunidade Parlamentar: Fux Arquiva Queixa-Crime de Michelle Bolsonaro contra Erika Hilton

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 23, 2024



Uma disputa judicial entre a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) chegou ao fim nesta quarta-feira, com a decisão do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), de rejeitar uma queixa-crime apresentada por Michelle. A controvérsia teve início em março deste ano, quando Erika fez uma publicação em sua conta na rede social X, criticando a notícia de que o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), utilizaria dinheiro público para homenagear a ex-primeira-dama.

Na postagem, Erika Hilton classificou como “ultrajante” a ideia de usar recursos públicos para tal homenagem. Além disso, ao responder ao comentário de uma seguidora que questionou o motivo da homenagem, a deputada afirmou que “não dá nem pra homenagear Michelle Bolsonaro por nunca ter sumido com o cachorro de outra família porque literalmente até isso ela já fez”. Essa declaração foi interpretada por Michelle como uma acusação direta e injuriosa, levando-a a buscar medidas legais por considerar a afirmação difamatória e ofensiva.

No entanto, ao analisar o caso, o ministro Luiz Fux entendeu que a publicação de Erika Hilton faz parte de seu trabalho político como parlamentar. Em sua decisão, Fux destacou o teor político da postagem, que visa reforçar a atuação da deputada como representante dos eleitores de São Paulo e de oposição ao

atual prefeito da capital paulista. O ministro ressaltou o cenário de antagonismo político e ideológico que serviu de pano de fundo para a publicação.

A imunidade parlamentar, garantida pela Constituição Federal, protege os deputados e senadores de serem responsabilizados civil ou penalmente por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato. Essa prerrogativa visa assegurar a liberdade de expressão e a independência dos parlamentares no desempenho de suas funções. No caso em questão, Fux entendeu que a fala de Erika Hilton está amparada por essa imunidade, uma vez que se trata de uma manifestação política legítima.

A decisão do ministro Luiz Fux põe fim a esse embate judicial e reafirma a importância da imunidade parlamentar como um pilar fundamental da democracia. A liberdade de expressão dos representantes eleitos pelo povo é essencial para o debate de ideias e para a fiscalização dos atos dos governantes. Ao mesmo tempo, a decisão evidencia que a imunidade não é um escudo para ofensas gratuitas ou difamações, mas sim uma garantia para que os parlamentares possam exercer seu mandato com independência e sem receio de retaliações.

O caso envolvendo Michelle Bolsonaro e Erika Hilton também suscita reflexões sobre os limites da liberdade de expressão nas redes sociais e o papel dos políticos nesse ambiente virtual. Em uma era em que as plataformas digitais se tornaram palco de debates acalorados e disputas ideológicas, é fundamental que os representantes eleitos ajam com responsabilidade e ética ao se manifestarem publicamente. A crítica política é legítima e necessária, mas deve ser pautada pelo respeito e pela busca do bem comum.

A rejeição da queixa-crime contra Erika Hilton reforça a importância da imunidade parlamentar como um instrumento de proteção da democracia e da liberdade de expressão. Cabe aos políticos e à sociedade como um todo zelar pela manutenção desse princípio, garantindo um ambiente de debate saudável e

construtivo, onde as divergências possam ser discutidas de forma civilizada e respeitosa. Somente assim, poderemos fortalecer nossa democracia e construir um país mais justo e igualitário para todos.

Fonte: [G1 Política](#)